



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 50

A CRISE CONTINUA

Patrícia Daehnhardt,

IPRI-UNL

01 | Julho | 2010

Que no final de um demorado processo eleitoral para a eleição do novo presidente da Alemanha a pergunta ‘de quem foi a culpa?’ tivesse quase a mesma importância que a pergunta ‘quem foi eleito?’, como escreve hoje a Frankfurter Allgemeine Zeitung, ilustra bem o significado da eleição para a estabilidade da coligação governamental em Berlim. A coligação de Angela Merkel viu a sua autoridade política ser abalada quando Christian Wulff, o candidato proposto pela Chanceler, só conseguiu ser eleito presidente da Alemanha à terceira volta, após um processo que durou nove horas e que acabou por lhe atribuir uma maioria absoluta com 625 votos contra 494 votos para Joachim Gauck, o candidato proposto pelo Partido Social Democrata (SPD) e pelos Verdes (Bündnis 90/Die Grünen). Segundo a Lei Fundamental de 1949, o presidente é escolhido por uma Assembleia Federal constituída para o efeito e composta por 622 deputados do Bundestag e 622 representantes dos Estados federados.

O resultado final correspondeu ao objectivo da Chanceler Merkel de garantir a eleição do seu candidato. Mas o caminho percorrido, e a necessidade de três votações,

demonstra que a coligação centro-direita entre a União Democrata- Cristã (CDU) de Merkel, os liberais-democratas (FDP) do vice-Chanceler e ministro dos negócios estrangeiros, Guido Westerwelle, e a União Social-Cristã (CSU) de Horst Seehofer, está fragilizada e que a autoridade da Chanceler dentro do seu partido CDU está danificada. Isto criou uma situação de instabilidade que levanta incertezas quanto ao percurso futuro da coligação. O significado do processo eleitoral de ontem explica-se por ter sido um teste ao governo de coligação e à liderança de Merkel, e um aviso ao governo. A figura de Wulff, que até ontem foi ministro presidente da Baixa Saxónia, passa neste contexto, para segundo plano, já que poucos lhe negam capacidade para exercer o cargo com dignidade e sentido de estado. Até porque os números falam por si: enquanto que Wulff não obteve a maioria absoluta (623 votos) necessária nas primeiras duas eleições, o candidato acabou por obter a maioria absoluta na terceira volta, quando, por lei, já apenas era precisa uma maioria simples. Ou seja, mais do que uma rejeição de Wulff, tratou-se de um sério aviso à condução política da coligação governamental e também à própria Chanceler. Fica em aberto saber se tal comportamento eleitoral foi previamente combinado ou se se tratou de um mero acaso. Contudo, a perda de credibilidade da coligação governamental parece evidente, e a capacidade de liderança da Chanceler é agora, ao fim de sucessivos episódios fragilizantes, posta em causa por observadores nacionais e internacionais.

Esta situação explica-se por vários factores: em primeiro lugar, e contra as expectativas iniciais, a cooperação entre a actual coligação CDU/CSU e FDP tem sido condicionada por divergências programáticas e estilos políticos diferentes desde Outubro de 2009, quando o governo se constituiu. Em segundo lugar, a crise financeira mundial, em geral, e a crise do euro, em particular, desafiaram a Chanceler a adoptar uma atitude célere quanto à resolução da crise grega, o que não aconteceu, por razões internas, de realização de eleições regionais no Estado da Renânia do Norte-Vestefália. Em terceiro lugar, o resultado destas eleições regionais, em 9 de Maio de 2010, levou ao fim da liderança da CDU nesse Estado e à criação de um governo minoritário do SPD, que apenas se constituiu recentemente, após semanas de negociações de bastidores sobre como melhor se poderia governar o maior estado alemão. Por último, em 31 de Maio, o presidente da República, Horst Köhler, demitiu-se, numa situação sem precedentes, na sequência de comentários que terá feito sobre as motivações da participação da Bundeswehr no Afeganistão. Como Köhler fora proposto quatro anos antes por Merkel, a sua demissão enfraqueceu a autoridade da Chanceler, e abriu caminho para a proposta de um candidato do centro-esquerda, Joachim Gauck, teólogo, e que gozou, desde o início, de um forte apoio popular.

O que é paradoxal é que o quadro interno da CDU nem é desfavorável à Chanceler: no último mês, os três maiores rivais de Merkel dentro da CDU distanciaram-se da posição de potenciais candidatos a Chanceler. Roland Koch, CDU, ministro presidente de Hessen, anunciou em Maio de 2010, que iria afastar-se da vida política. Jürgen Rüttgers, ministro presidente da Renânia do Norte-Vestefália, não conseguiu formar um novo governo após as eleições em Maio. Christian Wulff, por último, aceitou tornar-se candidato à presidência da República afastando-se como concorrente político dentro da CDU.

Contudo, Merkel tem agora outro problema partidário: a sua autoridade carece de credibilidade e dentro da CDU começa-se a questionar a sua capacidade de liderança e de tomada de decisões em tempos difíceis. O dia após a eleição também não deixa anteciper uma rápida recuperação da autoconfiança na capacidade de liderança da coligação: o FDP e a CSU fizeram saber que viam na CDU, e indirectamente na figura da Chanceler, a principal razão da difícil eleição, revelando que a desunião existente entre os parceiros governamentais não foi atenuada pela eleição presidencial.

Talvez o único consolo para Merkel, neste momento, é que uma alternativa credível à sua coligação governamental dificilmente poderia ser constituída rapidamente, já que o espectro partidário alemão está demasiadamente fragmentado para que um eventual novo governo possa ter um ponto de partida mais consolidado do que o actual. Mas isto só revela que o clima político interno alemão ainda não estabilizou, o que, da perspectiva dos parceiros europeus da Alemanha, nunca é um cenário encorajador.